

O trabalho do antropólogo urbano no campo da “Memória Ambiental”: levantamento dos desafios e lacunas de pesquisa a partir de estudos de caso

Ana Luiza Carvalho da Rocha¹

Matheus Cervo²

Camila Braz da Silva³

Resumo

Um dos maiores desafios contemporâneos postos à Antropologia Visual/da Imagem realizada nas Sociedades Complexas Brasileiras é o trabalho com a questão ambiental. Neste artigo, expomos duas incursões intelectuais realizadas nos últimos três anos na área temática de pesquisa sobre Memória Ambiental. A intenção é demonstrar, a partir de narrativas textuais e imagéticas, a intersecção entre o trabalho visual com a questão ambiental e a Etnografia da Duração realizada no núcleo de pesquisa Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Primeiramente, abordamos as intenções teóricas que guiam este percurso intelectual para, posteriormente, demonstrar os desafios de encarar o trabalho do antropólogo visual como um trabalho de memória e patrimônio sobre nossos ecossistemas humanos e não humanos nas cidades brasileiras. Concluímos com reflexões sobre a necessidade de interdisciplinaridade entre os saberes Antropológicos e os oriundos das Ciências da Informação tanto por motivos metodológicos de pesquisa quanto pela atuação expandida dos etnógrafos urbanos em instituições diversas.

Palavras-chave: *antropologia urbana; memória ambiental; etnografia da duração; patrimônio; museu virtual; repositório digital.*

The work of the urban anthropologist in the field of “Environmental Memory”: challenges and research gaps from case studies

Abstract

One of the greatest contemporary challenges posed in Visual / Image Anthropology is working with an environmental problems in Brazilian Complex Societies. In this article, we expose two intellectual forays made in the last three years on Environmental Memory. The intention is to demonstrate, from textual and imagery narratives, an intersection between visual work, environmental issues and Ethnography of Duration carried out in the Bank of Images and Visual Effects - “Banco de Imagens e Efeitos Visuais” (Biev) - of the Federal University of Rio Grande do Sul (Ufrgs). Firstly, it addresses the

1 Universidade FEEVALE, Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS).

2 Comunicação (Mestrado), Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3 Antropologia Social (Mestrado), Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), UFRGS.

theoretical intentions that guide this intellectual tracking and, later, demonstrates the challenges of facing the work of the visual anthropologist as a work of memory and heritage on our human and non-human ecosystems in Brazilian cities. We end with conclusions about the need of interdisciplinarity between Anthropological and Information Sciences knowledge, both for research methodological reasons and for the expanded performance of urban ethnographers in several institutions.

Keywords: *urban anthropology; environmental memory; ethnography of duration; patrimony; virtual museum; digital repository.*

Introdução

Completamos a segunda década do século XX e percebemos que cada vez mais a intrusão de Gaia relacionada ao Antropoceno se manifesta nas produções acadêmicas deste novo século. Desde a década de 1970, aproximadamente, sofremos um processo de ambientalização dos conflitos sociais (LOPES, 2006; 2004) com a construção prática discursiva de uma nova questão pública, envolvendo inúmeras formas de encarar o problema da questão ambiental. Mesmo que a base comum da nossa comunidade interpretativa seja a busca por uma ecologia profunda (FERRY, 1994) através do relativismo antropológico, a proliferação de inúmeras correntes de pensamento que tratam dos conflitos socioambientais demonstra a dificuldade de delimitação do papel do antropólogo em um campo eminentemente interdisciplinar.

Sem dúvida, não se trata de uma tarefa fácil e os desafios são tão múltiplos que até mesmo um mapeamento objetivo meramente disciplinar

seria mais uma forma ingênua de controle de nós, humanos e terranos (LATOURETTE, 2014), frente o que nos assola. Como já disse Isabelle Stengers (2002), a intrusão de Gaia nos mostrará não só que nossa concepção de progresso e racionalidade são fundadas em princípios absurdos de relação com nossa própria vida na Terra, mas que nossa fundação intelectual newtoniana foi ousada demais perante à complexidade viva e sempre inatingível do que chamamos “Natureza”. É necessário lembrar, neste novo momento epistemológico do século XXI, sobre os fundantes da nossa ciência moderna e as catástrofes metafísicas⁴ que ocorreram durante esse processo de instauração de um “saber universal” com narrativas lineares de tempo, já que facilmente podemos incorrer às mesmas incoerências que resistem na nossa memória coletiva no campo acadêmico⁵.

É claro que nossos fundamentos epistemológicos não são os mesmos de Newton e Descartes, ainda mais quando pensamos a tradição já secular das Ciências Humanas modernas (tão plurais quanto os nossos desafios complexos) e as revoluções em campos como a Física Quântica, mas devemos pensar sobre as tentações que ainda resistem mesmo em um cenário de despertar frente os mitemas predominantes que ainda nos separam de uma reflexão ecossistêmica, cosmológica e visual. Essa reflexão é oriunda em parte da leitura do livro de Déborah Danowski em parceria com Eduardo Viveiros de Castro (2015) onde os autores argumentam longamente sobre a necessidade de investir em bases de pensamento meta e mitofísicas para compreender as perspectivas do “fim do mundo” que assolam o *anthropos* como o conhecemos atualmente. Para Ailton Krenak (2019, p. 29), o antropoceno existe incisivamente

4 Gilbert Durand (1979a) aborda profundamente o tema da duração na civilização Ocidental euro-americana, criando o conceito de catástrofe metafísica para demonstrar sua hipótese de que o caos instaurado no século XX se deve à um longo processo de diferentes “catástrofes” que o autor remonta desde o século XIII. Assim sendo, percebe-se que há uma gênese da própria catástrofe e que ela se origina por uma relação complexa e mitológica.

5 No livro *Order Out of Chaos* de Ilya Prigogine e Isabelle Stengers (2017[1984]), os autores - que são químicos de formação - utilizam o pensamento da filosofia da ciência para compreender que nossas concepções da Ciência Moderna criaram um imaginário que opera com neutralizações drásticas sobre o que é a vida na terra. Além disso, no campo da Filosofia, discute-se fortemente os resíduos de nossa herança em Kant, assim como os “fatos sociais” durkheimianos, já que ambos produzem formas de entender o humano moderno que já não cabem mais nos nossos horizontes de análise.

pela experiência do imaginário coletivo do que é ser humano, sendo o “apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade” sua marca mais profunda⁶. Estes livros nos ajudam a pensar na possibilidade de criar uma espécie de antídoto às nossas concepções um tanto objetivas demais sobre “quem somos” e como chegamos em 2020 com a iminente possibilidade de uma catástrofe climática.

Nós sabemos que a Antropologia brasileira sofreu sérios impactos em suas produções devido à virada ontológica, ao desenvolvimento ainda mais profundo da etnologia com o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS, 1996) e as diferentes teorias pós-coloniais e decoloniais (ALIMONDA, 2011; GUDYNAS, 2011). Acreditamos, contudo, que são necessárias múltiplas reflexões para pensar os processos de ambientalização e os impactos desses estudos na produção de Antropologia Urbana e Antropologia Visual/da Imagem. Por isso, gostaríamos de discorrer sobre uma possibilidade específica de estudos ambientais dentro do contexto dessas linhas de pesquisa, expondo nossas incursões de pesquisa realizadas nessas áreas temáticas como pesquisadores no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev Ufrgs) em parceria com as produções realizadas no Núcleo de Antropologia Visual (Navisual Ufrgs) por aproximadamente cinco anos. Assim sendo, faremos digressões sobre possibilidades e errâncias na produção de Etnografias da Duração, refletindo como operar metodológica e conceitualmente para produzir o que chamamos de “Memória Ambiental”.

Sendo um campo que lida com a matéria do tempo por causa do trabalho com memória, ainda reside a problemática de como trabalhar com esses dois campos entrelaçados com outras áreas de conhecimento. Nessas incursões, o trabalho de formação semestral proposto em oficinas vai além da etnografia realizada em solo urbano para,

então, criar repositórios digitais sobre a questão do trabalho e do “meio ambiente”. Cabe ressaltar que os *workshops*⁷ são realizados em grupo e nos ajudam a trabalhar e pensar interdisciplinarmente, ao mesmo tempo que fazemos nossas etnografias individuais e construímos um acervo coletivo. Principalmente neste caso, a Antropologia Visual aliada ao trabalho de longa duração - ou seja, com a preocupação com a área de “Memória” ou “Patrimônio” - cria problemas metodológicos para realizar trabalho de campo operando com acervos físicos e digitais de ordens diversas (ECKERT; ROCHA, 2015b).

Na primeira sessão após a introdução, iremos contextualizar este artigo ao discorrer sobre o que é a Etnografia da Duração e como ela se relaciona com campo da Memória Ambiental. Na segunda grande sessão, criamos uma estrutura narrativa com pequenas historietas etnográficas (escritas e visuais) junto de reflexões sobre como esse arsenal teórico metodológico desafia a produção da Antropologia Visual e Urbana. Essa sessão em particular estará dividida em duas sessões para manter uma estética agradável ao leitor(a). Por fim, iremos concluir com alguns desafios ao trabalho do etnógrafo cidadão aliado à questão de memória e patrimônio etnológico tanto em face ao que foi exposto quanto em relação à problemática interdisciplinar do trabalho com acervos.

Nossa intenção está no início da introdução deste artigo: queremos mostrar como estamos operando na prática com a questão da memória sem nos colocarmos em uma posição de detentores da “Verdade”. Iremos escrever algumas digressões compostas narrativamente com algumas incursões de pesquisa imagética em diferentes momentos com esses campos de saber entrelaçados, mostrando aquilo que lutamos por manter vivo na nossa memória coletiva. Ainda que nossa ideia seja trazer uma outra espécie

6 O pensador indígena sempre costuma lembrar a nós, “Juruás” ou brancos, que o mundo já havia acabado para muitas populações há 500 anos atrás no Brasil e que diversos ecossistemas já haviam colapsado antes de catástrofes como as que acontecem atualmente na Amazônia, no Cerrado, no Semi-Árido, etc. Suas ideias são, no mínimo, intrigantes para repensar os enfrentamentos frente os múltiplos e constantes fins.

7 Os *workshops* do Biev possuem, comumente, duração de um semestre de formação acerca de uma área temática específica. Os coordenadores das oficinas são tanto alunos de graduação e pós-graduação quanto pesquisadores associados que contribuem de forma voluntária para construção do projeto coletivo.

de espírito científico (BACHELARD, 1997), entendemo-nos como pesquisadores em busca de expansão interdisciplinar, o que é algo difícil de ser realizado individualmente (ou mesmo em dupla, neste caso) sem a subtração egóica dos nossos colegas em outros departamentos de pesquisa.

Percursos com a etnografia da duração na Memória Ambiental

Como já afirmado anteriormente, o artigo não pretende realizar uma revisitação aos possíveis campos que dialogam com a questão ambiental na Antropologia Urbana apesar de ser um riquíssimo campo de pesquisa. Trata-se, contudo, de discernir uma proposta específica sobre as problemáticas ambientalizadas estudadas pelo viés antropológico e visual, sobretudo no que se refere à questão urbana ligada ao fator tempo. Se estamos lidando com a matéria do tempo, estaríamos, então, operando com uma espécie de Antropologia que dialoga com a disciplina da História?

Importante salientar que já existe de forma consolidada desde meados da década de 1970 (em contexto norte-americano) pesquisas na área denominada História Ambiental (CHAKRABARTY, 2014; WORSTER, 1991; DRUMMOND, 1991). Explicitamos como a Memória Ambiental é um estudo próximo, mas não idêntico ao campo da História e Patrimônio Ambiental apesar de possuir uma relação de parceria que é inegável. Isso se deve ao trabalho com arquivos, acervos, coleções e museus na tentativa de acolher materiais acervados de ordens diversas para conseguir profundidade documental sobre outras camadas de tempo no qual se possa interpretar os encaixes ecossistêmicos de humanos e não humanos.

Todavia, o que marca a diferença crucial entre as áreas é a guinada que a Antropologia deu

a partir de reflexões sobre o que significa o termo “Cultura” (SAHLINS, 2003; GEERTZ, 2012; WAGNER, 2018), o que só foi desenvolvido pela longa tradição etnográfica com reflexões sobre o trabalho de campo com alteridades próximas ou distantes. Com isso, foi possível desenvolver, em algumas correntes antropológicas, outra noção de tempo. Essa concepção não parte do termo História, mas, neste caso, origina-se nas reflexões francesas sobre memória - o que consolidou recentemente a pesquisa com Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013a)⁸. Dessa forma, o próprio tempo é visto como uma construção humana: ao invés do foco recair no tempo historicista, refere-se ao aspecto complexo dos jogos da memória das pessoas que habitam as grandes metrópoles no Brasil.

Assim, as transformações citadinas - ou os “ritmos temporais” - são vistos não só pela sua concretude no sentido do “fato histórico” ou do “fato natural”, mas, principalmente, pela dialética da duração bachelardiana (1988) que reside nos tempos vividos e nos tempos pensados dos cidadãos. Ou seja, parte-se de uma noção não objetiva do que aconteceu em relação aos eventos climáticos e a transfiguração de ecossistemas inteiros em âmbito urbano porque se busca entender o fenômeno através do que ocorre no imaginário enquanto fenômeno com dimensões tanto individuais quanto coletivas. Trabalhar com a “memória ambiental” é, portanto, um processo eminentemente antropológico, já que somente um processo intersubjetivo de compreensão densa pode resgatar e entender os esquemas de acomodação e assimilação constantes que ocorrem em uma civilização complexa.

Assim, ao invés de focar na questão historiográfica em si, opera-se pela duração para repensar os estudos antropológicos no contexto das modernas sociedades complexas (VELHO, 2003) sob a ótica da pesquisa com a memória do trabalho (ECKERT, 2012; ECKERT; ROCHA,

8 A reflexão longa e aprofundada sobre a Etnografia da Duração foi concretizada após longos anos de estudo que geraram um livro lançado em 2013. Se você, leitor(a), gostaria de entender ainda mais profundamente sobre essa forma de lidar com a questão do tempo, acesse a bibliografia aqui: ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia da Duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas. 1. ed. Porto Alegre: Marcavizual, 2013a. v. 1. 256p. Disponível em: <https://bit.ly/30R59zH>. Acesso em: 07 de dez. 2019.

2015a) em suas interconexões com as questões ambientais. Isso se deve à utilização das pesquisas feitas por André Leroi-Gourhan (1984a; 1984b) na França com a arqueologia pós-processualista, já que seus escritos demonstram a íntima relação entre humanos e não-humanos diversos através das trajetórias civilizacionais de trabalho onde existem certos trajetos antropológicos (DURAND, 1984) sempre fundados em um *topos imaginário*⁹. Assim, a técnica que rege o trabalho não é uma forma de “exteriorização desnaturada” de um determinado sujeito atuando no seu ecossistema, mas é fruto de uma inteligência humana que, diante de tantos trajetos possíveis, trilha alguns a partir de mitemas e mitos que guiam sua relação cósmica e social.

Importante salientar que a produção sobre memória do trabalho é consolidada em dois livros - “Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão” (ECKERT, 2012) e “Etnografias do Trabalho, narrativas do tempo” (ECKERT; ROCHA, 2015a) -, enquanto a produção escrita da memória ambiental reside, por enquanto, em alguns artigos sobre a temática (DEVOS, SOARES, ROCHA, 2010; NUNES, FIGUEIREDO, ROCHA, 2015; DEVOS, 2009, 2008). Ambos os projetos possuíram desenvolvimento com recursos do CNPq e CAPES para criação de plataformas hipermídia que disponibilizassem na internet o material visual produzido sobre essas duas áreas temáticas a fim de democratizar o conhecimento a partir de certa economia política da informação.

Justamente por ser uma área recente de pesquisa, as incursões etnográficas realizadas

por pesquisadores interessados nessas linhas temáticas são formas de registrar ainda mais as controvérsias suscitadas durante o trabalho de campo. O registro visual durante observação participante permite, assim, inferir problemáticas que surgem para além das digressões teóricas que podemos fazer sem interlocução com algum tipo de alteridade. Vamos, então, resgatar fragmentos etnográficos com análises de dois trabalhos de campo realizados na cidade de Porto Alegre: o trabalho de Camila Braz da Silva (2018) sobre os processos etnográficos à partir das obras da Copa do Mundo FIFA 2014 na rua Voluntários da Pátria e no Hotel Rodoviária, constituindo assim, narrativas de trajetórias sociais sobre a cidade e suas intervenções urbanas¹⁰; e, por fim, o trabalho de Matheus Cervo (2019) sobre o antigo balneário Guarujá no sul da capital Gaúcha onde existiam diferentes relações com a “Natureza” que foram sendo modificadas ou destruídas devido processos de urbanização e industrialização do bairro, além da poluição das águas do lago Guaíba¹¹.

Narrativas Urbanas Ecológicas

Entre escavadeiras e vestígios de campo: reconstruindo a cidade por uma memória ambiental

9 O “trajeto antropológico” é um dos termos chave para compreender a filosofia durandiana do Estruturalismo Figurativo que foi tão importante para consolidação da Etnografia da Duração. Trata-se de um acordo ou de um equilíbrio entre os desejos imperativos do sujeito e as intimações da ambiência objetiva no qual a função fantástica - ou seja, imaginária - modula a ação estética e social de contar o tempo (DURAND, 1980, p. 456-458 apud. ECKERT e ROCHA, 2013a). Em outras palavras, sempre existem imagens que duram no tempo devido à determinado trajeto individual e civilizacional, o que permite que as histórias que residem na memória sejam contadas com um tom que nunca pode ser neutro ou meramente objetivo.

10 BRAZ DA SILVA, Camila. Hotel Rodoviária: escavando imagens e memórias em um processo etnográfico. Trabalho de Conclusão de Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

11 CERVO, Matheus. A praia do Guarujá: uma etnografia da memória coletiva e ambiental de uma comunidade bairrial em Porto Alegre - RS. Trabalho de Conclusão de Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://sabi.ufrgs.br/F/8RK96PH3EHJ5LXI179MBFGPHM958CIY YXP7VHCH9GRFUJFM2NM-18892?func=full-set-set&set_number=016499&set_entry=000001&format=999. Acesso em: 20 de jan. 2020.

Figura 1 - Mosaico de fotografias: “O cruzamento, as obras, um hotel”

Fonte: Coleção “Duplicação da Voluntários da Pátria e Hotel Rodoviária”, 2015.

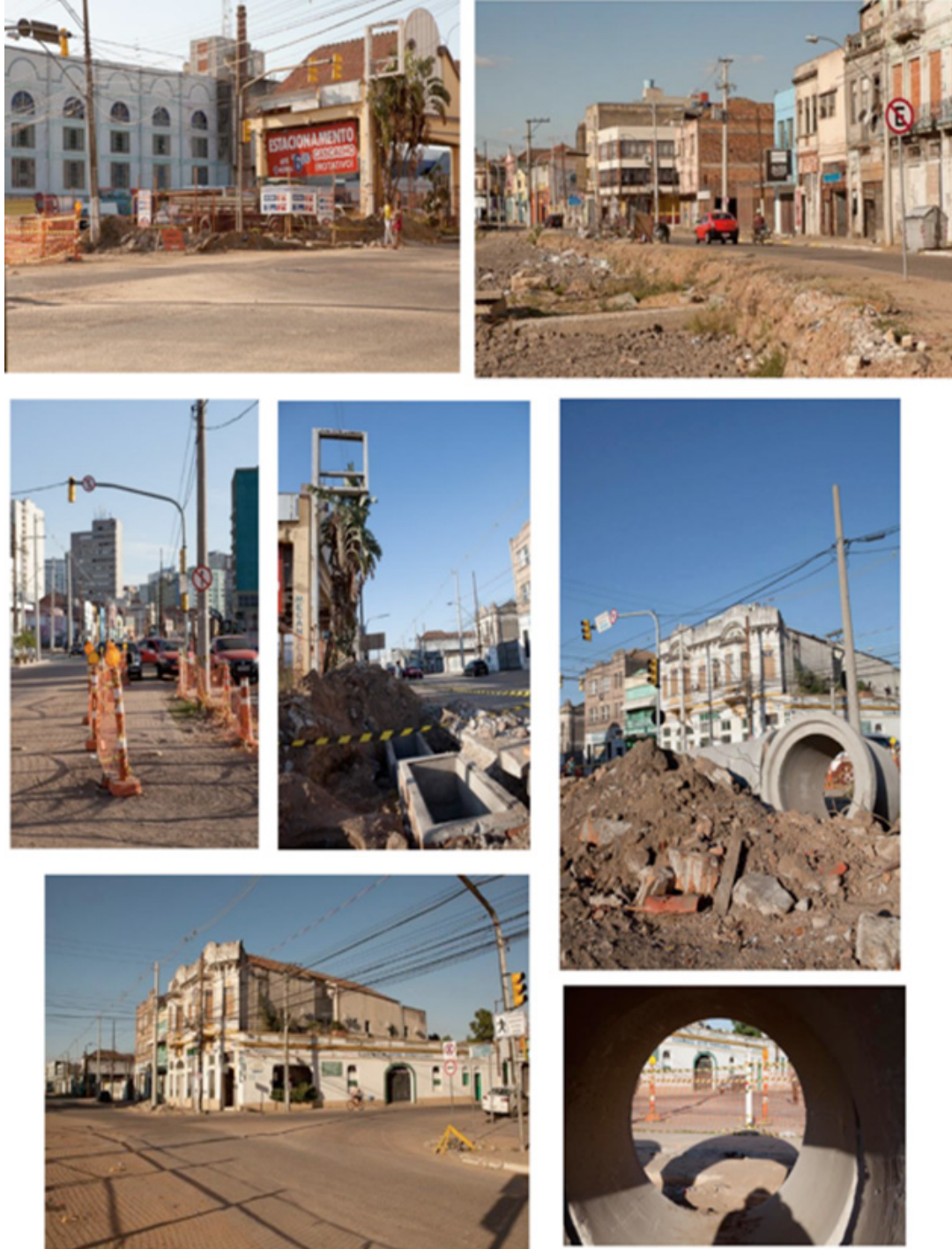
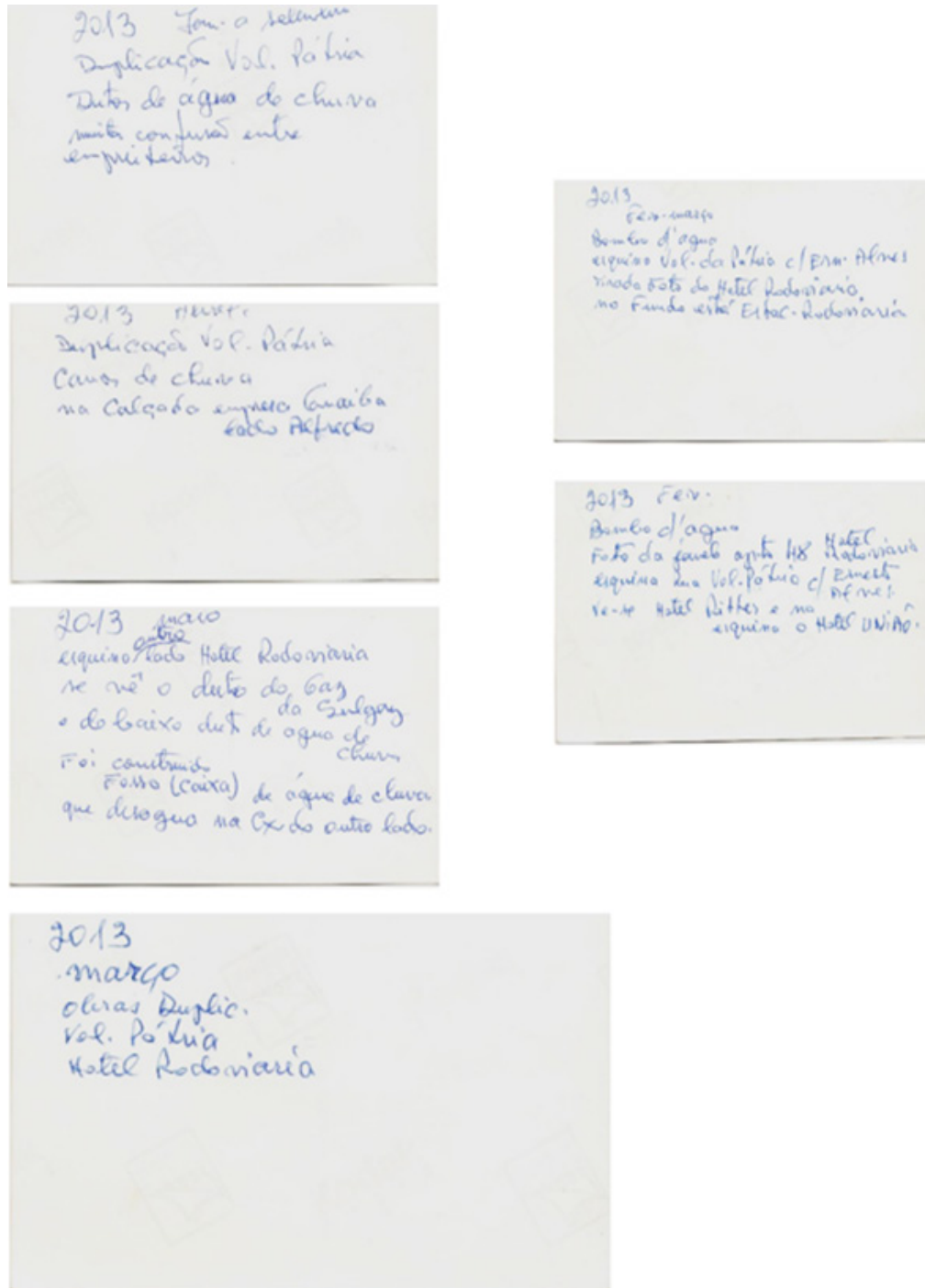


Figura 2 - Mosaico de fotografias (frente):
“O guardião da memória também registra por imagens”



Fonte: Acervo pessoal Guido Jacó Hilgert,
2013.

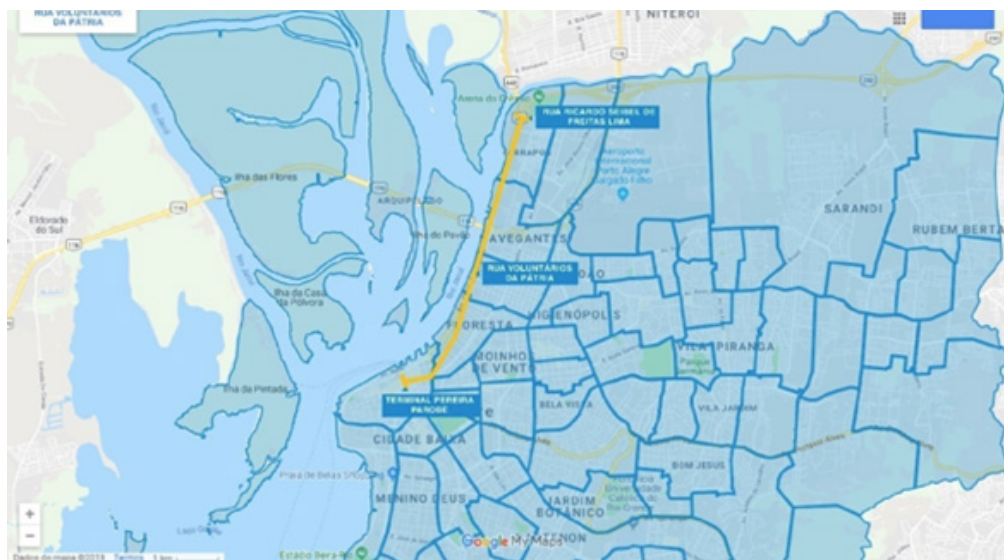
Figura 3 - Mosaico de fotografias (verso):
 “O guardião da memória também registra por
 imagens”



Fonte: Acervo pessoal Guido Jacó Hilgert,
 2013.

Em 2018, eu, Camila, apresentei o trabalho de conclusão de curso do bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado *Hotel Rodoviária: escavando imagens e memórias em um processo etnográfico*. Esta monografia foi construída por intermédio de um processo etnográfico de campo em Porto Alegre na rua Voluntários da Pátria¹² (partindo do viaduto da Conceição até a rua Comendador Coruja) e no Hotel Rodoviária, prédio que faz esquina com a rua Ernesto Alves.

Mapa 1 - Mapa de Porto Alegre com delimitação da Rua Voluntários da Pátria.



Fonte: Google Maps, 2020.

Localizada nas regiões territoriais de infraestrutura Centro e Zona Norte, a rua Voluntários da Pátria atravessa cinco bairros da cidade, sendo eles: Centro Histórico, Floresta, São Geraldo, Navegantes e Farrapos. Com mais de cinco quilômetros de extensão, tem seu início na rua Marechal Floriano Peixoto, ao lado do mer-

cado público e termina na Rua Ricardo Seibel de Freitas Lima próximo do estádio Arena do Grêmio. Ao atravessar tantos bairros em seu percurso, essa rua ganha dinâmicas muito peculiares em cada trecho. Restrinjo-me aqui a um pedaço (MAGNANI, 1992) que mencionei anteriormente.

Considero que meu trabalho de conclusão de curso na época se voltou para uma reflexão. Considero que meu trabalho de conclusão de curso na época se voltou para uma reflexão maior aos processos etnográficos de entrada em campo e aproximações a uma região que era desconhecida por mim. Como proposta

metodológica, utilizei uma antropologia da e na cidade (ECKERT; ROCHA, 2013b) para entender a ambiência e seus cidadãos, buscando, através de narrativas das trajetórias sociais, compreender melhor o fenômeno urbano no tempo. Para tanto, a etnografia da duração (ECKERT; ROCHA, 2013a) me guiou desde os processos da entrada em campo como também nas narrativas biográficas de Seu Guido¹³, personagem fundamental desta

12 O trabalho desenvolvido foi um dos desdobramentos da oficina de produção audiovisual realizada durante 2015 coordenada pelas antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, no âmbito do Banco de Efeitos e Imagens Visuais (Biev) e do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), coordenado pela professora Cornelia Eckert. A oficina em questão estava vinculada ao projeto *Na Porto Alegre da Copa, os ritmos de construção destrutiva ou destruição construtiva: oficina de etnografia no Navisual*. O objetivo, naquele momento, era compreender a dinâmica dos processos culturais ligados as intervenções no corpo da cidade, as remoções de famílias, as modificações no aparelho urbano, aos aspectos gentrificantes e higienizadores, bem como à dimensão destrutiva/criativa das transformações que prosseguiram após a realização do megaevento. Naquele momento devido às obras da Copa do Mundo FIFA 2014, foi feita a duplicação da rua Voluntários da Pátria pós evento, dando continuidade ao processo de intervenção urbana.

13 Guido Jacó Hilgert tem 80 anos e é dono do Hotel Rodoviária, sendo meu principal interlocutor no trabalho.

história. No reconhecimento e na reconstituição das lembranças, o caminho da vibração se abriu como possibilidade e as memórias dentro do grupo de pertencimento teceram mais uma mirada por uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006) da cidade.

Como resultado e processo deste trabalho, apresentei uma série de crônicas fotográficas¹⁴ distribuídas em capítulos, trazendo a ideia de coleções etnográficas através da fotografia (metodologia de pesquisa com imagens utilizadas no Biev), compondo uma multiplicidade de sentidos em dimensões conceituais, simbólicas e sensíveis diante não só desse percurso etnográfico, mas também do olhar do outro. Ao fim, tive a possibilidade de acessar uma parte do acervo de fotografias de Guido que traziam imagens de amarração da minha história com a rua Voluntários da Pátria, as obras da Copa do Mundo FIFA 2014 e o Hotel Rodoviária. Neste artigo, exploro duas crônicas da pesquisa de conclusão de curso intituladas “O cruzamento, as obras, um hotel” e “O guardião de memórias também registra por imagens” logo de início, porque são através delas que meu trabalho se desenvolve. A primeira crônica marca as incursões iniciais em campo no ano de 2015, uma etnografia de rua e câmera na mão (ECKERT; ROCHA, 2013b), e a segunda é uma montagem a partir das fotos do acervo pessoal de Guido, registros datados de 2013.

As imagens mais uma vez movimentam algo: as fotografias das obras se juntam. Os registros fotográficos de diversos momentos no tempo nos possibilitam entender a conformação das paisagens urbanas e humanas na história da urbe, camadas que através desses ritmos temporais marcam os impactos das intervenções urbanas. Entretanto, é através das narrativas e memórias dos cidadãos, em suas descontinuidades e continuidades, que conseguimos sobrepor essas camadas de tempo de modo a dar sentido a essa

experiência. Entre os constructos urbanos, são as formas de sociabilidade e de ocupação que dão o ritmo da singularidade do cotidiano que é possível de ser capturado por um clique ou registrado por sons.

Considero pertinente neste artigo ampliar a escala devido aos atuais desdobramentos de pesquisa¹⁵ para pensar essa região da cidade através do tempo, conformando uma unidade distinta em seus processos de formação e ocupação dos territórios de características urbano-industriais. As imagens que seguem o corpo do texto a partir de então fazem parte das novas incursões de campo que se configuram com a pesquisa em acervo do Biev, evidenciando os processos de arquivamento sob a forma de categorização das imagens de diversos fundos de origem relacionadas à zona norte ou ao centro da cidade de Porto Alegre.

A abertura da rua no século XIX dava acesso à Vila de Porto Alegre para as quintas. Esse trajeto pela margem do Lago Guaíba recebeu o nome de Caminho Novo com muitos relatos de viajantes de uma paisagem exuberante, assim como narra Saint-Hilaire sobre a relação da rua com o lago Guaíba:

Estende-se ao norte da cidade, margeando primeiramente o lago, em seguida, o Rio Gravataí, afluente deste lago; de um lado o caminho é limitado por uma fileira de salgueiros; de outro por casas de campo e jardins cercados de sensitivas espinhosas... Raramente se encontra passeio mais agradável que o do Caminho Novo. (SAINT- HILAIRE, 1987, n.p.)

Imagem 1 - DEBRET, Jean Baptiste 1768-1848 - Caminho Novo c. 1827

14 No qual compartilho a autoria das imagens produzidas com Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da Rocha (colega de pesquisa na época e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Seu Guido Jacó Hilgert e Nadir.

15 Agora em forma do projeto de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/Ufrgs).



Fonte: Acervo do Biev - Fundo de Origem: Fundação Castro Maia.

Em 1870, foi batizada oficialmente como rua Voluntários da Pátria. No mesmo ano, a Câmara providenciou calçamento até a rua do Rosário pois eram constantes as reclamações contra “os grandes pantanais e atoleiros” formados em período de chuvas devido à intensa utilização pelas carretas que se dirigiam ao Mercado¹⁶. A rua plana na parte baixa da cidade era de extrema importância e facilitava a locomoção entre os arraiais - principalmente para o comércio - e era também motivo de preocupação por conta dos muitos alagamentos como apontam as narrativas de vários viajantes.

A implementação nos anos de 1870 da ferrovia São Leopoldo¹⁷ que atravessava a Voluntários, deram a margem do lago lugar para o estabelecimento de trapiches, depósitos, estaleiros e oficinas, armazéns de atacado e indústrias gerando grande movimentação. Com o crescente desenvolvimento comercial e industrial da cidade (MATTAR, 2001) sob a perspectiva de um Plano de Melhoramentos (1914)¹⁸, várias faixas foram aterradas, principalmente localizadas no eixo centro/zona norte. Sobre esses processos de aterramento, Célia Ferraz de Souza nos ajuda a pensar:

Porto Alegre passou por muitos problemas semelhantes, como a falta de área e condições sanitárias junto ao núcleo original, o qual acabou sofrendo sucessivos aterros desde meados do século XIX, fazendo com que a cidade aumentasse seus limites em relação às águas do Guaíba em três vezes sua área original. Esse fato, aliado à evolução das configurações morfológicas, acabou por marcar uma transformação paisagística gradual, mas constante, principalmente no século XX. (SOUZA, 2002, n.p.)

Devido à ampla faixa de terrenos que foram aterrados e à construção do novo cais do porto nos anos de 1950, a rua Voluntários fica, de certa maneira, “isolada” e causa grande mudança em suas dinâmicas. É importante também salientar a presença de grande número de trabalhadores imigrantes alemães (MATTAR, 2001) vindos da zona colonial principalmente na virada do século XX e suas primeiras décadas. Esses movimentos de ocupação foram fundamentais ao desenvolvimento da região, traçando melhoramentos urbanísticos que ocorreram por conta do aumento populacional. A Caminho Novo inclusive era popularmente conhecida como a “rua dos alemães”¹⁹.

Desde o início dos processos de trabalho com o acervo do Biev em 2019, mais algumas camadas

16 Trecho extraído do Guia Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/ Prefeitura Municipal, 1992.

17 Trecho extraído Guia Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/ Prefeitura Municipal, 1992.

18 Encabeçada pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel da “Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital” que previa a modernização das áreas mais ocupadas da cidade sob uma perspectiva positivista.

19 Mattar, Leila Nesralla. Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a experiência da rua plurifuncional (1900-1930). Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Porto Alegre, BR-RS, 2001.

se sedimentaram na minha discussão sobre essa região, ampliando a densidade da etnografia realizada nesse pedaço da cidade. Apesar de passar por muitos processos de “requalificação urbana” e principalmente de aterramentos frente a orla do lago Guaíba, essa rua sempre foi e ainda continua sendo a entrada e saída da cidade, o que gera uma reflexão com uma longa duração que difere de outras regiões de Porto Alegre. Pelo acervo, verifiquei aterros, alagamentos, enchentes, obras públicas, comércios diversificados, construções de Igrejas evangélicas e neopentecostais, vários hotéis, ruínas de antigas fábricas e formas diversas de ocupação através do trabalho proletário (seja ele fabril ou informal). Tudo isso em consonância a criação de meu próprio acervo de fotos, contando com fotografias minhas, de meus colegas e de muitos outros fundos de origem²⁰. Esses processos pulsam reflexões sobre a questão ambiental e, com o foco do meu trabalho, sobre a questão das águas urbanas. Afinal, o que a água tem a ver com isso? Ou mesmo como os processos de aterramentos incidem desde muito tempo nas dinâmicas de alagamento dessa planície? Seria assim um fato tão incomum na região a ponto de sempre ser retratado com surpresa ou espanto? Reflito como seria possível narrar as histórias dessa região sem pensar a partir de uma memória ambiental, o que gera debates interessantes sobre como (re)construir essas memórias ambientalizadas em locais da cidade com intensa urbanização. Essas questões me acompanham no processo de pesquisa em desenvolvimento e na constituição epistemológica do que seria uma memória ambiental e visual e, por isso, divido com o leitor essas inquietações que traremos mais desdobramentos adiante nas conclusões.

“A Praia do Guarujá”: etnografia fotográfica e sonora da memória ambiental de uma comunidade bairrial

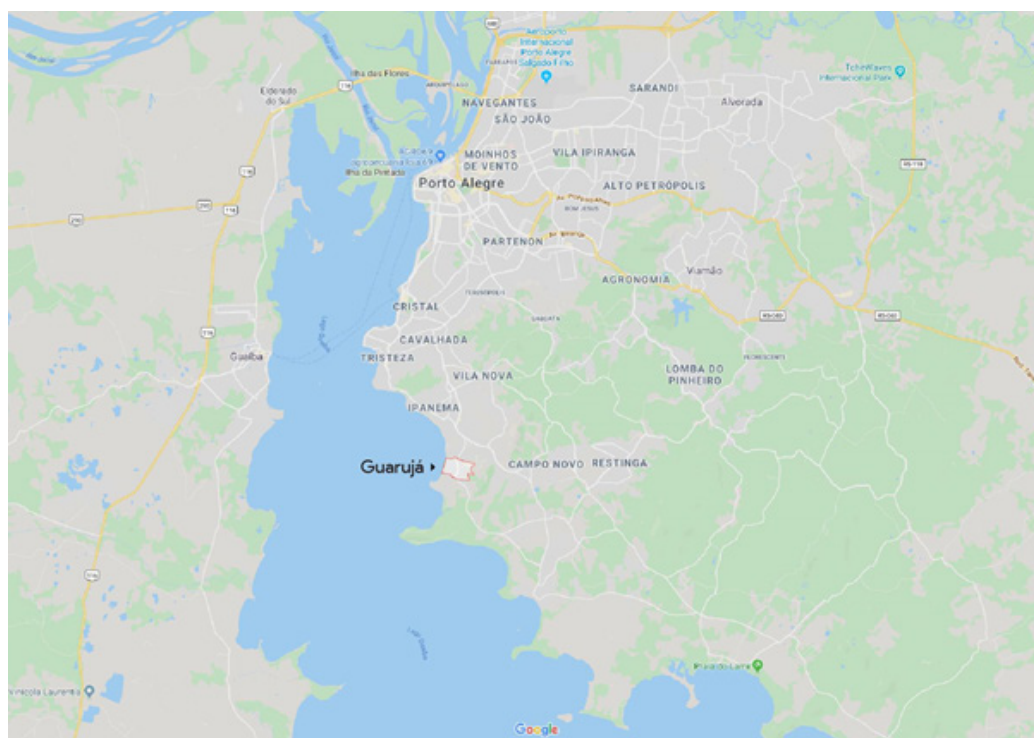
Eu, Matheus Cervo, compilei os múltiplos fragmentos etnográficos que produzi durante minha trajetória enquanto antropólogo aprendiz

na ocupação de bolsista de iniciação científica e de inovação tecnológica durante a graduação em Ciências Sociais. Iniciada a etnografia em meados de 2017²¹, criei um trabalho onde pude incluir minha própria trajetória enquanto narrador urbano: durante todos esses anos, procurei etnografar diferentes situações nas mediações do bairro Guarujá na zona sul da cidade de Porto Alegre – RS onde residi por cerca de quatro anos.

Mapa 2 - Mapa de Porto Alegre com delimitação territorial do bairro Guarujá

20 Convém ressaltar a escolha inicial de só trabalhar com fotografias, levando em consideração o prosseguimento da pesquisa e a vontade de adentrar também nos trabalhos audiovisuais e sonoros sobre a região que compõe o acervo do Biev.

21 Enquanto bolsista Cnpq e, posteriormente, Fapergs no Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Biev/Ufrgs.



Fonte: Google, 2020.

O antigo “balneário Guarujá” situa-se na zona sul da cidade onde os processos de urbanização intensiva são mais recentes do que os ritmos temporais ocorridos nas regiões da zona central ou da zona norte de Porto Alegre, apesar de haverem conexões importantes. Até pouco tempo atrás, aproximadamente até a década de 1970, o bairro possuía uma longa tradição de uso do espaço urbano pelas águas simbolizadas através da construção de um balneário dentro do território citadino, mas isso foi drasticamente modificado com a poluição do Guaíba devido à industrialização que utiliza as águas urbanas para produção. Colocando-me enquanto um morador com poucos anos de enraizamento que foi afetado por ter descoberto que ocupava uma região que já havia sido considerada e utilizada como uma “praia”, fui em busca de descobrir outras camadas de tempo que eu pouco compreendia apesar de viver a cotidianidade do bairro e conhecer alguns vizinhos durante esse processo de morada.

Imagem 2 - Fotografia retirada no topo do morro que faz a divisão entre os bairros Guarujá e Hípica



Fonte: CERVO, Matheus, 2018.

Claro que minha intenção fundamental quando iniciei o percurso etnográfico no meu próprio bairro era trabalhar com a Memória Ambiental, já que uma das únicas informações que eu possuía sobre o passado da região era de que o Guarujá havia sido um famoso balneário de Porto Alegre por causa do conhecimento oral que chegava até mim como morador. Eu comecei a procurar de forma preliminar na internet o que havia de informação sobre esse bairro que eu morava e, para minha surpresa, eu não havia encontrado praticamente nenhuma informação estruturada a não ser um pequeno relato (cerca de uma página e meia) em um livro de bairros feito pelo governo municipal e uma página da Wikipédia com algumas informações fragmentadas sobre a construção territorial bairrial.

Com essa pequena afetação inicial, comecei a perceber que existia uma concentração informacional documental muito diferente em

bairros com ocupação mais urbanizada e outros bairros com outras formas de sociabilidade e ocupação do solo, ou seja, uma possibilidade de duração mais oral e menos documental acerca dos ritmos temporais que afetam certas regiões das cidades. Não encontrei nenhuma produção acadêmica na minha grande área de pesquisa sobre essa parte específica da cidade em diversos acervos digitais²². Na falta de estudos para iniciar a responsabilidade etnográfica com alguma “bagagem” sobre o bairro, procurei por bibliografia relacionada com outras áreas próximas do Guarujá na zona sul da cidade e igualmente pouco material foi encontrado.

A pesquisa mais densa e relevante mapeada se refere a estudos historiográficos construídos a partir da metodologia da história oral e da revisão documental e fotográfica conjuntamente com os moradores de Ipanema²³ por Janete da Rocha Machado. Como afirma na súpula do seu livro denominado “Ipanema: Memórias de um bairro da zona sul de Porto Alegre”, sua proposta de pesquisa foi realizar uma análise do processo de criação, urbanização e desenvolvimento desse

22 Os repositórios digitais visitados foram: SciELO, Lume UFRGS, Google Acadêmico, Periódicos – Portal da Capes e BDTD.

23 Ipanema é o bairro vizinho do Guarujá e possui uma outra formação urbana bem diferente apesar da proximidade territorial. No início da década de 1930, o balneário Ipanema, em comparação a bairros vizinhos, como Pedra Redonda, Tristeza e Cavalhada, não passava então de uma área rural com um grande balneário. O início da ocupação urbana se deu efetivamente quando Oswaldo Coufal adquiriu uma grande propriedade na área para em seguida loteá-la. É considerada uma zona nobre e possui uma relação simbólica com a Praia de Ipanema do Rio de Janeiro, já que o seu projeto urbanístico foi inspirado pela praia urbana da antiga capital do Brasil. Pode-se compreender em parte a ocupação dessa região pela encenação ostentatória das elites urbanas nas praias do ocidente (CORBIN, 1989).

bairro desde os seus primórdios “civilizacionais” no século XVIII até o final da década de 1950 com foco na configuração do bairro e suas vizinhanças (MACHADO J. R., 2018). Também foram encontrados textos mais gerais sobre o imaginário existente na construção e vida dos balneários de Porto Alegre como o de Antônio João Dias Prestes (2015) que, apesar de não citar o Guarujá especificamente, mostra ricamente como essa grande área da cidade foi pensada e construída por camadas mais abastadas da Porto Alegre do início do século XX.

Figura 4 - Mosaico de fotografias sobre os balneários: 1) propaganda do “Balneario Guahyba” encontrada na revista do Globo (1932); 2) veraneio de Maria de Lurdes em Ipanema, 1952; 3) primeiros traçados do loteamento de Coufal no bairro Ipanema, 1930.



Fontes: 1) Revista do Globo - acervo Biev Ufrgs; Acervo familiar de Maria de Lourdes Mastroberti divulgada por Janete Machado; Acervo de Antenor Ferrás Vieira Filho divulgada por Janete Machado (janeterm.wordpress.com).

Além desse material, encontrei algumas pesquisas historiográficas realizadas com bairros mais distantes como o bairro Vila Nova (MALLMANN, 1996) e fotografias esparsas sobre regiões vizinhas em repositórios digitais com pouca centralização ou oficialização por alguma instituição responsável pelos arquivos documentais. O material mais densamente acervado com alguma organização temporal que encontrei foi o acervo local do jornal de bairro *Jornaleção* que possuía reportagens sobre a localidade desde o início da década de 1993 quando eu estava ainda nascendo. Mesmo assim, não havia nenhum trabalho formal que retirasse alguma narrativa ou trabalho acadêmico/artístico sobre esse rico material que pude visitar pela simpatia da equipe de comunicação.

Apesar desses materiais terem sido extremamente importantes para construção da minha bricolagem em coleções visuais e etnográficas sobre o Guarujá, eu sempre me deparava com dois problemas essenciais à minha problemática de pesquisa em Memória Ambiental: 1) o foco de pesquisa sempre era o registro historiográfico que, apesar de ter contribuído muito em um espaço de lacunas informacionais, criava uma narrativa temporal que se afastava do que eu procurava enquanto pesquisador²⁴; 2) nenhuma pesquisa realmente considerava o meio ambiente a partir de uma perspectiva de integração entre “Natureza” e “Cultura”²⁵, necessitando, então, criar essa narrativa visual a partir de algum recorte teórico mais específico e menos objetivo.

Foi por isso que eu iniciei a busca por relatos gravados com dispositivos sonoros, além de buscar acervar digitalmente fotografias ou artefatos de família, procurando sempre os moradores mais

antigos da região como recorte de pesquisa. Com todas essas problemáticas suscitadas, resumi minha pergunta inicial da seguinte maneira: como os moradores mais antigos do balneário Guarujá rememoram os ritmos temporais típicos da modernidade chegando ao bairro e como interpretam a conseqüente afetação às formas de sociabilidade e estilos de vida existentes? Foi só com essa provocação inicial que eu consegui iniciar uma busca sobre memória ambiental devido aos dispositivos visuais que permitiam capturas densas para registro da matéria do tempo expressa de forma humana e não objetiva²⁶.

24 Além das várias produções antropológicas, podemos evocar Walter Ong (1998) em seu célebre livro “Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra” para demonstrar a importância do resgate oral. Todavia, a história oral permite um resgate diferenciado do resgate feito pela sensibilidade etnográfica.

25 Minha intenção foi unir os enquadres feitos pela Antropologia do Imaginário e da etnografia bairrial aos estudos da memória ambiental em que as dimensões do trabalho se relacionam fortemente no redescobrimto do processo civilizatório (ELIAS; 1985; 1994) que gere os bairros das nossas cidades dos trópicos.

26 Foi nesse processo inicial de pesquisa que compreendi algo fundamental já explicitado no artigo sobre o projeto “Habitantes do Arroio” (Devos; Soares; Rocha, 2010) realizado no núcleo de pesquisa Biev: trata-se de um esforço de compreender através de uma “Sociologia das Profundezas” os arranjos Cidade-Natureza através dos múltiplos e complexos processos de entrelaçamento entre humanos (e seus aparatos cosmológicos e simbólicos) e não humanos diversos (“naturais” ou sobrenaturais). Desta forma, as concepções que temos sobre um determinado espaço do bairro sobre uma socio ambiência específica é modificada através de uma certa arqueologia das camadas de tempo superpostas que conformam as paisagens citadinas sempre imaginária.

Figura 5: Mosaico de fotografias aproximadamente de 2015 e 1970 doadas por Seu Ivam, um dos presidentes da Associação de Moradores do Bairro; retrata as constantes enchentes do bairro Guarujá.



Fonte: Coleção “A Praia do Guarujá” - Biev Ufrgs, 2019.

Claro que isso não iria ocorrer sem um processo intersubjetivo entre um aspirante à etnógrafo urbano com alguns anos de morada na região e pessoas que haviam morado por 50 anos ou mais (chegando em alguns casos com moradas de 80 anos). Lembro que isso só foi possível por causa dos registros sonoros (VEDANA, 2010) na construção de coleções etnográficas com a delimitação territorial do bairro, já que a densidade da memória ambiental dos moradores era tão grande que extrapolava em muito o que minha própria memória conseguia registrar no encontro presencial.

Rememoro que eu entendia uma ordenação temporal específica e, logo depois que me detinha nos arquivos sonoros, eu compreendia de outra forma os arranjos temporais dos jogos da memória dos meus interlocutores. Esse processo intersubjetivo está sendo evocado aqui não só por causa da iminente Etnografia da Duração que eu levava comigo à campo, mas porque a intenção de narrar o tempo a partir de encaixes ecossistêmicos nas formações urbanas era uma vontade minha e não dos meus interlocutores apesar de eles falarem sobre isso quando narravam seus itinerários urbanos, suas trajetórias sociais e seus ofícios ou trabalhos citadinos.

A primeira problemática nesse quesito apareceu quando iniciei o trajeto de pesquisa com alguns moradores e sempre me posicionava em algum momento das conversações como alguém que questionava sobre a praia e até mesmo insistia para que fosse falado sobre a relação com as águas. Todavia, aos poucos fui percebendo que a problemática ambiental de um balneário em uma zona de recente ocupação da cidade era muito mais ampla do que o uso recreativo da praia e não poderia forçar os interlocutores a se adequarem nas categorizações artificiais que um projeto de pesquisa inicialmente possui. Os meus companheiros de pesquisa sempre me lembravam que eu era novo demais e que não entendia muitas das camadas de tempo que existiam naquele bairro.

Depois de longo trabalho de pesquisa e lapidação dos registros sonoros e fotográficos, consegui entender a ambientalização que eu estava

realizando através de várias zonas de intrincação entre Cidade/Natureza que tiveram longa duração no bairro. Para além da problemática da poluição das águas, existiam: a separação da sesmarias que dividiam o processo de colonização de Porto Alegre em várias “zonas rurais” com grandes estancieiros de terra; a consequente separação do balneário Guarujá em três grandes chácaras até meados da década de 1930; os loteamentos em casas ou pequenas chácaras que iniciaram o processo de modificação do estilo de vida para pequenos comerciantes ou trabalhadores locais; o início da exploração de granito pelos “cortadores de pedra” e a expansão do processo extrativo em redes de trabalho multisituadas; a concentração da produção de carne bovina com a construção do “Matadouro Modelo” na ponta da Serraria; a construção de trilhos de trem que ligava esse matadouro até a região central; a militarização da região com a construção do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; o fluxo de imigrantes devido ao êxodo rural com o processo de territorialização tanto em áreas nobres quanto em margens de morro; a construção de vilas não regulamentadas pelo poder público até o momento atual de escrita.

Percebi, acessando o acervo construído no final do processo etnográfico, que todas essas camadas que estão expostas aqui de forma sucinta se relacionam de forma ecossistêmica para compor o tempo presente. Mesmo que algumas instâncias tenham se modificado drasticamente ou até mesmo não existam mais, esse projeto com duração permite perceber que não se trata de registrar o que ocorreu e que já não ocorre mais como a produção de carne na região com a utilização de transporte ferroviário ou até mesmo a utilização das águas urbanas em um balneário. Deve-se perceber os rastros que foram deixados nesta região que duram de alguma forma específica neste início do século XXI e que estão expressos nas atuais formas de sociabilidade local e nos estilos de vida remanescentes.

Esse foi um dos desafios que mais transformaram o meu sujeito do conhecimento durante o processo com a Antropologia Visual relacionada com o trabalho denso de memória e

acervo, já que percebi a necessidade do esforço de compreender o meio ambiente urbano como uma compreensão holística e transcendental ao invés de focar em uma segmentarização sobre a “questão ambiental”. Assim, iniciei a minha narrativa falando sobre os gestos de ocupação não por uma questão de “linha histórica”, mas porque é extremamente importante perceber a transfiguração imaginária da civilização colonial colocada sob as nossas cidades. Assim, narrar que o bairro foi criado com a divisão de terras de sesmarias e que pequenos vilarejos foram criados ao redor de Igrejas de matriz católica nos permite entender, ao menos parcialmente, que existe uma relação cosmológica específica com os chamados “recursos naturais”, sendo as imagens cristãs importantes pontos de inflexão sobre essa relação.

Depois dessa instauração, inicia-se o processo de complexificação social com todas as camadas que aqui foram evocadas, mas isso não quer dizer que não há aí uma gênese que ainda está viva afetando o tempo presente mesmo que de forma transfigurada. Compreender esse politeísmo de imagens em um dinamismo temporal me ajudou a entender a questão ambiental de forma mais profunda, assim como entender a heterogeneidade cultural (VELHO, 2003) desse bairro a partir de outros pontos de vista por causa da intenção de realizar uma pesquisa multisituada.

Conclusões: desafios e perspectivas

Voltamos, enfim, ao início do texto, ressaltando de outra forma o que havia nos impulsionado inicialmente: a união à intrusão de Gaia só pode ocorrer se nos libertarmos tanto das nossas amarras humanistas demais quanto das análises meramente objetificantes da “Natureza” vista a partir dos paradigmas positivistas e newtonianos. Em tempos de catástrofes climáticas acompanhados da emergência de teorias como a da sociedade do risco (BECK, 1992) e da modernização reflexiva (GIDDENS, 1996), gostaríamos de lembrar que toda essa civilização “moderna” pautada pela

vivência íntima com o risco não surge somente na modernidade tardia. Trata-se de relembrar que todo processo de ascensão de certas tópicas socioculturais e não outras só é possível devido a um processo complexo de longa duração onde certas imagens são transfiguradas em outras sem haver uma cronologia sempre progressiva.

Assim, nossa intenção foi tornar sensível que o entendimento do antropoceno - ou do capitaloceno, como quisermos chamar - só pode ocorrer através do profundo entendimento do processo civilizatório que desencadeou no desencantamento e racionalização da natureza (ELIAS, 1985; 1994) e a profunda sensação caricata de que podemos não ser terranos (LATOURETTE, 2014). Contudo, afirmar a necessidade de memória não é o mesmo que clamar por mais estudos históricos que guiem suas reflexões para o campo da História Ambiental apesar da relação iminente, já que existe uma relativização do tempo histórico e linear enquanto única forma de narrar o tempo. Dessa forma, entendemos a importância da figura do antropólogo enquanto um possível narrador (ECKERT; ROCHA, 2003), já que possui ferramentas de trabalho em Antropologia Urbana aliadas à Etnografia da Duração para lidar com a questão temporal e ambiental pela memória dos habitantes citadinos.

Aqui estamos nos aproximando da memória ambiental a partir das ferramentas da memória coletiva (HALBWACHS, 2006) no esforço de entender como as próprias pessoas vivem e reinventam essa ambiência urbana, rememorando essas problemáticas e criando imaginariamente espaços e tempos específicos. Essa forma de compreensão dos itinerários urbanos, das formas de sociabilidade/estilos de vida e das memórias ambientais são sintetizados no artigo de Rafael Victorino Devos (2009) e foram aprofundadas, nesta década, com reflexões mais densas sobre Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013a) e o trabalho com acervos etnográficos (ECKERT; ROCHA 2015b).

Por isso, seria uma contradição não finalizarmos este artigo sem tocarmos na crucialidade de entender os acervos antropológicos multimídia como ferramentas

de entendimento do tempo para além do que permite o corpo do etnógrafo enquanto narrador em uma posição localizada. Esse é o projeto maior do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev), já que a compilação de diversos dados de diferentes fundos de origem etnográficos (ou não) permite a apreensão da cidade e dos problemas urbanos através da densidade etnográfica e arquivística simultaneamente.

Foi por esse motivo que escrevemos este artigo com duas narrativas de dois etnógrafos urbanos que trabalham em “pedaços” diferentes da cidade com pesquisas em diferentes momentos, mas que, ao fim de seu trabalho, doaram seus fragmentos etnográficos ao banco para diluir a autoridade etnográfica em um projeto coletivo. Assim, percebe-se que trabalhar com memória e etnografia não é se restringir a uma escala de análise, já que certas escalas fractais - como diria Paul Little (2006) - podem ser traçadas com a compilação de diferentes materiais sobre o urbano. Não é trivial perceber que ambas as regiões são banhadas por enchentes/alagamentos por serem ocupações próximas do lago Guaíba e que possuem relações interessantes devido a essa relação com as águas urbanas.

Trabalhar com coleções etnográficas, para nós, é trabalhar com um método específico dentro da Antropologia Visual: o método de convergência do estruturalismo figurativo de Gilbert Durand (1984). É a partir da intersecção com uma certa “Antropologia Visual Digital” (PINK, 2013) que podemos usufruir dos conhecimentos e ferramentas das Ciências da Informação para pensar além das nossas produções isoladas. Assim, trabalhar com linguagens documentárias específicas para construção de repositórios digitais é criar pontos de convergência sobre certas linhas de pesquisa como, neste nosso caso de interesse, a “Memória Ambiental” e a “Memória do Trabalho” em âmbito urbano.

Quando pensamos em uma Antropologia da Imagem dentro do Biev, estamos pensando também no trabalho com múltiplos suportes - iconografias, sons, vídeos, fotografias, narrativas textuais - na composição de fragmentos não lineares para um repositório digital. Assim,

podemos operar com variações da mitocrítica e da mitanálise durandiana para compreensão de uma Antropologia/Psicologia das profundezas como preconizavam Jung, Murdock, Edgar Morin e Carl Kerenyi (entre tantos outros que influenciaram o trabalho de Durand), ou mesmo disponibilizar o material para outros autores que não seguem nossos paradigmas e oferecer a democratização do conhecimento produzido em universidade pública.

As reflexões interdisciplinares sobre a questão de museologização dos conhecimentos antropológicos não são recentes, o que pode ser visto em maior densidade no livro “Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos” produzido pela ABA (TAMASO; FILHO, 2012). Contudo, a construção de repositórios digitais estruturados a partir de conhecimento interdisciplinar é uma reflexão nova e ainda incipiente, ainda mais se considerarmos a necessidade de seguir as diretrizes estabelecidas por instituições como o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Importante citar o trabalho realizado na UnB por Martins, Carmo e Germani (2018) sobre o estudo de caso realizado no processo de análise, pesquisa e digitalização do Museu do Índio, atualmente disponível no endereço eletrônico tainacan.museudoindio.gov.br. Mesmo que esse museu já tenha sido objeto de alguns estudos (NASCENTE, 2011), foi só recentemente que a concretização do museu digital foi realizada a partir de uma troca de saberes entre indígenas, etnólogos e profissionais do campo das Ciências da Informação.

As lacunas de pesquisa são ainda maiores na construção de repositórios digitais com fragmentos etnográficos sobre a questão ambiental em solo urbano. Os desafios para consolidação dessa reflexão são múltiplos como, por exemplo, a necessidade de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e pesquisadores que trabalham com os desafios ambientais contemporâneos para decidir como ocorreria a organização informacional e as políticas comunicacionais destes repositórios. Isso se torna ainda mais crucial quando entendemos a necessidade de rompimento entre uma “Antropologia Teórica”

e uma “Antropologia Aplicada”, o que vem sendo ainda mais importante em um cenário de expansão do ofício do(a) antropólogo(a) com a emergência de atuação na construção de laudos antropológicos. Concluímos, então, afirmando que essas lacunas de organização da informação estruturada são importantes tanto para o entendimento profundo do trabalho com Antropologia Visual e da Imagem quanto da extensão do etnógrafo nas cidades.

Referências bibliográficas

ALIMONDA, Hector. *La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

BACHELARD, Gastón. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BACHELARD, Gastón. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.

BRAZ DA SILVA, Camila. *Hotel Rodoviária: escavando imagens e memórias em um processo etnográfico*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. In: *Revista Mana*, vol. 2, nº 2, 1996, p. 115–144.

CERVO, Matheus. *A praia do Guarujá: uma etnografia da memória coletiva e ambiental de uma comunidade bairrial em Porto Alegre – RS*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://sabi.ufrgs.br/F/8RK96PH3EHJ5LXI179MBFGPHM958CIYYX P7VHCH9GRFUJFM2NM-18892?func=full-set-set&set_number=016499&set_

entry=000001&format=999. Acesso em: 20 de jan. 2020

CHAKRABARTY, Dipesh. “Clima e historia: cuatro tesis”. In: *Revista Pasajes*, vol. 11, nº 11, 2014, p. 60–65.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DANOWSKI, Déborah.; CASTRO, Eduardo Viveiros De. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis e São Paulo: Cultura e Barbárie Editora e ISA - Instituto Socioambiental, 2014.

DEVOS, Rafael Victorino. “A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo”. In: *Revista Ambiente & Sociedade*, vol. XII, nº 2, 2009, p. 293-306.

_____. “A memória ambiental nas narrativas de cronistas e ‘memorialistas’”. In: *Revista MOUSEION*, vol. 2, nº 3, 2008, p. 64–90.

DEVOS, Rafael Victorino.; SOARES, Ana Paula Marconte.; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 22, 2010, p. 51-64.

DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. In: *Estudos históricos*, vol. 4, nº 8, 1991, p. 177–197.

DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l’imaginaire*. Paris: Bordas, 1984.

_____. *Science de l’homme et tradition*. Paris: Berg International Editeurs, 1979a.

ECKERT, Cornelia. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*.

Curitiba: Appris, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/38t71Ba>. Acesso em: 07 de dez. 2019.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Etnografias do trabalho, narrativas do tempo*. Porto Alegre: MarcaVisual, 2015a, v. 1, p. 16-51. Disponível em: <https://bit.ly/2RDFeqF>. Acesso em: 12 de dez. 2019.

_____. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2015b. v. 1. 196p. Disponível em: <https://bit.ly/2uid500>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

_____. *Etnografia da Duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013a. v. 1. 256p. Disponível em: <https://bit.ly/30R59zH>. Acesso em: 06 de dez. 2019.

_____. *Antropologia na e da cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013b.

_____. O Antropólogo na Figura do Narrador. In: *A Cidade e o Tempo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 21-34.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: história dos costumes* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ESCOBAR, Arturo. “Depois da Natureza: Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista”. In: *PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector. Políticas Públicas Ambientais*. Brasília: Editora Abaré, 2005, p. 17-64.

FERRY, Luc. *A Nova Ordem Ecológica: A Árvore, O Animal, O Homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

TAMASO, Isabela; FILHO; Manuel Ferreira Lima (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação

Brasileira de Antropologia, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

GUDYNAS, Eduardo. “Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo”. In: *ALAI - América Latina en Movimiento*, nº 462, 2011, p. 1-20.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. “Para distinguir amigos e inimigos no tempo do antropoceno”. In: *Revista de Antropologia*, vol. 57, nº 1, 2014, p. 11-31.

LEROY-GOURHAN, André. *Evolução e Técnicas: O homem e a matéria*, vol. 1. Lisboa, Edições 70, 1984a.

_____. *Evolução e Técnicas: O meio e as técnicas*, vol. 2. Lisboa, Edições 70, 1984b.

LITTLE, Paul Elliot. “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. In: *Horizontes Antropológicos*, vol. 12, nº 25, 2006, p. 85-103.

LOPES, José Sérgio Leite. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre os dilemas da participação”. In: *Horizontes Antropológicos*, vol. 12, nº 25, 2006, p. 31-64.

_____. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2004.

MACHADO, Janete da Rocha. *Ipanema:*

- memórias de um bairro da zona sul de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- MAGNANI, J. G. (1992). Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. In: *Revista De Antropologia*, nº 35, p. 191-203.
- MALLMANN, Ana Maria Monteggia. *Vila Nova*. 2 ed. Porto Alegre, 1996.
- MARTINS, Dalton Lopes.; CARMO, Danielle.; GERMANI, Leonardo Barbosa. “Museu do Índio: Estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre Tainacan”. In: *Informação & Tecnologia*, vol. 5, nº 2, 2019, p. 142–162.
- MATTAR, Leila Nesralla. *Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a experiência da rua plurifuncional (1900-1930)*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, BR-RS, 2001.
- NASCENTE, Livia. *Memórias, Museus e Narrativas Coletivas: os povos indígenas do Oiapoque no museu do Índio*. Dissertação (mestrado) – PPGMS/Unirio, Rio de Janeiro, 2011.
- ONG, Walter Jackson. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas:Papirus, 1998.
- PINK, Sarah. *Doing visual ethnography*. Califórnia: Sage, 2013.
- PRESTES, Antonio João Dias. “Usos e representações das praias do Guaíba, em Porto Alegre, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1970”. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis - SC, 2015, p. 1-16.
- PRIGOGINE, Ilya.; STENGERS, Isabelle. *Order out of Chaos*. Londres: Editora Verso, 2017[1984].
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas/SP: Papirus, 1991.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da.; NUNES, Margareth.; FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. “Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory”. In: *Brazilian Journal of Biology (Online)*, vol. 7, nº 4, 2015, p. 03-09.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao RGS*. Porto Alegre: Martins Fontes, 1987.
- SIMMEL, Georg.; MORAES FILHO, Evaristo de. “A ponte e a porta”. In: *Política & Trabalho*, vol. 12, 1996, p. 10-14.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas..* São Paulo: Editora 34, 2002.
- SOUZA, Célia Ferraz de. Porto Alegre cem anos de aterros: uma estratégia de desenvolvimento morfológico. In: *Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 2002, n.p.
- VEDANA, Viviane. “Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana”. In: *Revista Iluminuras*, vol. 11, nº 25, 2010. p. 1-15.
- VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. In: *Estudos Históricos*, vol. 4, nº 8, 1991, p. 198–215.